



Decisão 00538/2023-1 - 2ª Câmara

Processo: 01084/2021-9

Classificação: Atos Sujeitos a Registro - Pensão

UG: IPASLI-FP - Instituto de Previdência e Assistência Dos Servidores do Município de Linhares - Fundo Previdenciário

Relator: Marco Antônio da Silva

Interessado: MARIA PLACIDES BERNARDES

ATOS SUJEITOS A REGISTRO – PENSÃO – REGISTRAR – DETERMINAÇÃO – CIÊNCIA – ARQUIVAR.

1. O preenchimento dos requisitos legais e constitucionais, no que se refere ao ato concessório, aliado à correta fixação do valor do benefício, impõe o registro do ato em apreço ante a sua regularidade, com expedição de determinação.

O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCO ANTONIO DA SILVA:

Versam os presentes autos acerca de **PENSÃO POR MORTE**, concedida à Sra. **Maria Placides Bernardo**, esposa do ex-segurado, Sr. **José Bernardo Filho**, a partir de **7/8/2020**, por meio da **Portaria 27/2021**, com supedâneo no art. 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal c/c o art. 54, § 2º, inciso V, alínea “c”, item “6”, da Lei Complementar Municipal 41/2017, que se submete à apreciação desta Corte de Contas para fins de **REGISTRO**, na forma do artigo 71, inciso III, da Carta Magna, artigo 71, inciso IV, da Constituição Estadual, e artigo 1º, inciso VI, da Lei Complementar 621/2012.

A área técnica, através do NRP - Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal, nos termos da Instrução Técnica Conclusiva 00055/2023-1, opinou pelo **REGISTRO** do ato.

O Ministério Público Especial de Contas, através do Procurador, Dr. Luciano Vieira, nos termos do Parecer 00332/2023-9, em divergência com o posicionamento da área técnica, pugnou pela **denegação** do registro.

Conforme regular distribuição vieram os autos a este Magistrado de Contas para emissão de relatório e voto para efeito de deliberação do Colegiado, na forma do art. 29 do Regimento, Resolução TC 261/2013.

É o sucinto relatório.

V O T O

Tratam os presentes autos de concessão do benefício de pensão por morte, encaminhado a este Egrégio Tribunal de Contas para efeito de análise e posterior apreciação, em razão da documentação que lhe deu suporte.

1. DAS CONSIDERAÇÕES DE FATO E DE DIREITO:

O benefício foi concedido em cota única, fixado no valor de R\$ 1.045,00 (um mil, quarenta e cinco reais), sendo que a documentação dos Eventos 4 e 5 comprova a dependência e o direito da beneficiária à pensão em apreço.

Do exame do feito, verifico divergência de entendimento entre a área técnica e o douto Representante do *Parquet* de Contas, que pugnou pela denegação do registro, assim se manifestando, *verbis*:

[...]

Após, veio o feito ao Ministério Público de Contas para manifestação, nos termos do art. 321, § 3º, do RITCEES.

I – ANÁLISE

1 - Da fundamentação legal do ato

Portaria/IPASLI n. 027, de 27/01/2021	Fl. 2, evento 11
Fundamento legal da fixação da pensão	Art. 40, § 7º, inciso I, da CF/1988; arts. 20, inciso II, letra “a”, e 54, § 2º, inciso

	V, alínea “c”, n. 6, da LC Municipal n. 2.330/2002
Fundamento legal do critério de revisão da pensão	Não especificado

2 – Da qualidade de beneficiário do regime próprio de previdência social / Do ato antecedente (servidor inativo)

Instituidor aposentado em 28/02/2008	Portaria/IPASLI n. 082, de 18/09/2008	Ato registrado pela Decisão TC-05746/2008-7 (Processo TC-02060/2008-8)	Fls. 20/22, evento 19; 12, evento 20
--------------------------------------	---------------------------------------	--	--------------------------------------

3 - Dos requisitos para a concessão da pensão

Comprovação do óbito	Fl. 1, evento 4
Comprovação da qualidade de beneficiário do pensionista	Fl. 1, evento 5

4 - Da fixação da pensão

R\$ 1.045,00	Fls. 1, evento 7; 1, evento 9
--------------	-------------------------------

4.1 - Fundamentação legal do valor dos proventos (servidor inativo) e/ou das parcelas da remuneração do instituidor da pensão (servidor ativo)

Proventos fixados sem paridade de revisão	Não informa a(s) lei(s) e/ou atos do Ministério do Trabalho e Previdência que atualiza(m) o valor dos proventos
Não indica a fundamentação legal para a complementação dos proventos para atingir o valor do salário-mínimo vigente	

4.2 - Comprovação dos pressupostos fáticos e jurídicos das rubricas que compõem os proventos (servidor inativo) e/ou as parcelas da remuneração do instituidor da pensão (servidor ativo)

Consolidação dos cálculos das parcelas componentes dos proventos após decorrido o prazo de cinco anos da prolação da decisão que registrou o ato de aposentadoria.
--

II - CONCLUSÃO

Considerando que o princípio da motivação impõe à Administração Pública a obrigatoriedade de fundamentar o ato praticado, bem como o dever de indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinaram a sua decisão, nos termos do art. 32, *caput*, da Constituição Estadual e art. 2º, parágrafo único, inciso VII, da Lei n. 9.784/1999, há óbice ao registro do ato, pois:

a) omitem-se dispositivos constitucionais e legais (normativos locais) que regulamentam a concessão e a fixação e revisão da pensão, notadamente quanto à adoção de normas anteriores à data de entrada em vigor da Emenda Constitucional EC n. 103, de 12 de novembro de 2019, não restando demonstrado o cumprimento *do princípio tempus regit actum*;

b) a legalidade da fixação da pensão não está plenamente evidenciada em razão da ausência e/ou parcial informação na planilha de fixação do fundamento legal que demonstre o valor de parcela que compõe os proventos de aposentadoria, base de cálculo da pensão.

Posto isso, oficia o **Ministério Público de Contas**, com fulcro no art. 117, inciso II, da LC n. 621/2012, pela denegação do registro do ato. – g.n.

Do compulsar o Parecer do Órgão Ministerial, vislumbro que a sua fundamentação para propor a denegação de registro, do ato em voga, está consubstanciada em dois requisitos tidos como irregulares, ante os quais apresento as seguintes ponderações, vejamos:

Quanto ao **item 1** – “omitem-se dispositivos constitucionais e legais (normativos locais) que regulamentam a concessão e a fixação e revisão da pensão, notadamente quanto à adoção de normas anteriores à data de entrada em vigor da Emenda Constitucional EC n. 103, de 12 de novembro de 2019, não restando demonstrado o cumprimento do princípio tempus regit actum;” – do Parecer do Órgão Ministerial.

Vislumbra-se que o benefício em voga está fundamentado no art. 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal c/c o art. 54, § 2º, inciso V, alínea “c”, item “6”, da Lei Complementar Municipal 41/2017, contudo, sem menção ao critério legal de revisão dos proventos, indicação esta relevante face às novas regras previdenciárias trazidas pela Emenda Constitucional 103/2019.

Entretanto, tal inconsistência não obsta ao registro do ato, sendo suficiente a expedição de determinação no sentido de que o Órgão de Origem retifique o ato fazendo constar o § 8º do art. 40, da Constituição Federal.

Em relação ao **item 2** – “a legalidade da fixação da pensão não está plenamente evidenciada em razão da ausência e/ou parcial informação na planilha de fixação do fundamento legal que demonstre o valor de parcela que compõe os proventos de aposentadoria, base de cálculo da pensão.”

Conforme o subitem 4.1 da sua análise, ressalta o Eminentíssimo Procurador de Contas não restar informada a lei que fixa e atualiza o valor do vencimento do cargo do ex-segurado/instituidor da pensão em apreço, bem como da fundamentação legal para complementação dos proventos para se atingir o valor do salário-mínimo vigente.

Vê-se da planilha do Demonstrativo de Fixação dos Proventos, Evento 9 destes autos, que o benefício em voga é constituído da parcela “vencimento” e “complemento do salário-mínimo”, de modo que, a parcela “complementação salário-

mínimo”, art. 39, § 3º, da Constituição Federal, compõe os proventos do instituidor do benefício desde a sua aposentação.

Em assim sendo, os proventos têm que ser fixados com base na última remuneração percebida pelo instituidor da pensão, o que realmente ocorreu, conforme assentado pelo corpo técnico desta Egrégia Corte de Contas.

Assim sendo, em observância ao art. 52, da Lei Complementar 621/2012, entendo assistir razão à área técnica que opinou pelo registro do ato, cuja análise se mostra adequada, motivo pelo qual acolho tal entendimento, adotando-o como razão de decidir e dirijo do Ministério Público Especial de Contas que pugnou pela denegação de registro, conforme razões trazidas.

Afinal, a documentação constante dos autos, bem como o fundamento legal do ato concessório evidenciam a regularidade do benefício em apreço.

2. DO DISPOSITIVO:

Pelo exposto, acompanhando parcialmente o posicionamento da área técnica e divergindo do Ministério Público Especial de Contas, proponho **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte minuta de **Decisão** que submeto à sua consideração.

MARCO ANTONIO DA SILVA

Relator

1. DECISÃO TC-0538/2023-1:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **DECIDEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas, em:

1.1. REGISTRAR a Portaria IPASLI 27/2021, que concedeu pensão por morte à Sra. **Maria Placides Bernardo**, esposa do ex-segurado, Sr. **José Bernardo Filho**, a partir de **7/8/2020**, no valor de **R\$ 1.045,00** (um mil, quarenta e cinco reais);

1.2. DETERMINAR ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Linhares que retifique o ato fazendo dele constar a fundamentação legal quanto ao critério de revisão da pensão concedida, evitando assim equívocos futuros em decorrência das novas regras trazidas pela Emenda Constitucional 103/2019, dispensando-se o retorno dos autos a esta Corte de Contas;

1.3. DAR CIÊNCIA aos interessados;

1.4. ARQUIVAR o processo em tela.

2. Unânime.

3. Data da sessão: 17/02/2023 - 4ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Sérgio Manoel Nader Borges (presidente), Domingos Augusto Taufner e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha.

4.2. Conselheiro Substituto: Marco Antonio da Silva (relator).

5. Membro do Ministério Público de Contas: Procurador de contas em substituição ao procurador-geral Luciano Vieira.

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

Presidente